



Roberto Magalhães, Benito Gama, Ney Maranhão e Aloizio Mercadante analisam documentos enviados à CPI

Comissão teme que acusados se desfaçam dos bens

BRASÍLIA — Uma ampla operação de transferência de bens já está deflagrada por alguns dos parlamentares acusados de pertencerem à máfia do orçamento. Integrantes da CPI que apura o escândalo receberam informações de que esses parlamentares estariam passando vários imóveis e empresas para nomes de amigos e também fazendo vendas apressadas por valores muito abaixo do preço. Para tentar conter esse processo, o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) deverá solicitar nos próximos dias ao senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) o sequestro dos bens dos principais acusados:

— Essa seria uma forma de se proteger o erário caso fiquem

comprovadas as irregularidades. Daqui a pouco, eles se desfizeram de patrimônio e nós não teremos como recuperar isso — afirmou.

A CPI recebeu também a informação de que os deputados João Alves (PPR-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Cid Carvalho (PMDB-MA) estariam “limpando” seu patrimônio. O deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), por exemplo, já estaria vendendo uma de suas empresas avaliada em US\$ 1 milhão por apenas US\$ 400 mil, tentando preservar parte do seu patrimônio.

Com o sequestro dos bens, os bens ficariam imobilizados e se

a inocência dos parlamentares ficar comprovada tudo seria devolvido.

Por enquanto, se os parlamentares envolvidos quiserem negociar seus bens não existe qualquer impedimento legal. Afinal de contas, nenhum processo foi aberto contra qualquer um deles. Nos depoimentos na CPI, eles participam atendendo a um mero convite e não uma convocação. Ou seja: têm até mesmo o direito de nem aparecer. No caso de João Alves, ele sequer prestou juramento de somente falar a verdade no seu depoimento.